



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
Curso de Psicologia

Isabella Boaventura de Menezes e Gonçalves

A pluralidade das infâncias:
uma reflexão sobre a criança como ser social e histórico

SÃO PAULO
2022

Isabella Boaventura de Menezes e Gonçalves

A pluralidade das infâncias:
uma reflexão sobre a criança como ser social e histórico

Trabalho de Conclusão de Curso realizado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Orientador: Dr. José Agnaldo Gomes

SÃO PAULO

2022

AGRADECIMENTOS

À toda a minha família, que sempre torceu por mim e incentivou que eu trilhasse o meu caminho. Aos meus pais, Renata e Márcio, que se dedicaram a mim e proporcionaram minha imersão no mundo universitário, além de acompanharem a trajetória em busca de minha realização. Ao meu irmão, João Pedro, que sempre esteve ao meu lado e acreditou em mim, me apoiando e motivando para conquistar os meus desejos. À minha querida avó, Rosemary, cuja herdei ensinamentos valiosos sobre a maneira de ser e enxergar o mundo, e honrarei seu legado dentro da Psicologia.

À todos os docentes do Curso de Psicologia, que compartilharam seus conhecimentos e experiências, e assim possibilitaram a abertura de um novo horizonte, ao qual me dedico nos últimos anos. Um agradecimento especial aos docentes da Psicologia Sócio-Histórica, que abriram a oportunidade para que eu me aproximasse de um olhar para a Psicologia que faz sentido para mim e condiz com o que acredito.

À professora Sandra Sanchez, que, durante o processo universitário, incentivou que eu explorasse minhas potencialidades, acreditando em mim e auxiliando na compreensão de um novo modo de experienciar o ambiente acadêmico, sendo sua ajuda de grande importância no meu processo de passar a ter um maior compromisso com minhas responsabilidades e aspirações.

Ao meu orientador, José Agnaldo Gomes, com o qual tive trocas significativas e muito poderosas ao longo do último ano, que me incentivaram e me inspiraram no percurso de produção deste trabalho. Agradeço por todo o acolhimento do orientador, além de ter acreditado em mim e me dado motivação, ressaltando sua importância para que este tenha sido concluído.

Aos discentes do curso, por terem compartilhado dessa experiência universitária ao meu lado e por toda a troca dos últimos quatro anos e meio.

À todos os meus amigos, que me apoiam e me inspiram, me acompanhando em todas as minhas conquistas, acreditando em mim e me dando forças em momentos difíceis.

RESUMO

Tendo em vista que a compreensão da infância se constitui como homogênea e universalizada, o presente estudo teve como objetivo compreender acerca dos processos históricos e epistemológicos que se referem à infância e de como esses influenciam, junto aos contextos socioeconômicos e culturais, nas manifestações da criança e na compreensão de infância. Assim, pretendeu-se caracterizar a infância como construção social e histórica, não sendo possível compreendê-la de modo generalizado, pois a mesma se encontra atravessada por uma variedade enorme de contextos e determinações, constituindo-se, então, como heterogênea e plural. Nesta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico de produções que discutem sobre as concepções de infância e como a criança foi percebida ao longo dos processos históricos-epistemológicos, sobre a trajetória e o contexto da conquista dos direitos das crianças, abrangendo visão das próprias crianças sobre esses direitos, sobre a criança como influenciada por contextos socioeconômicos e culturais e como ser histórico e social, e sobre as contribuições da Psicologia Sócio-Histórica para a compreensão do sujeito e, conseqüentemente, da criança. Conclui-se que o olhar para a infância deve abranger as determinações históricas e o contexto socioeconômico e cultural ao qual a criança se insere, sendo um conflito ético considerar a infância como homogênea e a criança abstraída do contexto que a cerca.

Palavras-chave: infância. pensamento crítico. Psicologia Sócio-Histórica.

SUMÁRIO

Introdução.....	6
Objetivo geral e objetivos específicos	7
Método.....	7
Desenvolvimento.....	8
1.1 Um resgate histórico-epistemológico da infância.....	8
1.1.2 Um breve histórico da concepção de infância no Brasil.....	12
1.2 A proteção legal conferida à criança brasileira.....	14
1.3 A criança como ser histórico e social.....	21
1.4 As contribuições da Psicologia Sócio-Histórica para a compreensão do sujeito.....	29
Discussão: apontamentos reflexivos.....	36
Considerações Finais.....	44
Referências bibliográficas.....	46

Introdução

Refletir acerca da infância desperta curiosidade da autora desde os primórdios da descoberta de seus gostos, e representa um dos motivos para a aproximação com a Psicologia, se mostrando tema de grande estudo e interesse ao longo de seu processo universitário. Compreender acerca dos processos históricos e epistemológicos que se referem à infância e de como esses influenciam, junto aos contextos socioeconômicos e culturais, nas manifestações da criança e na concepção de infância é uma motivação que vai além da dedicação acadêmica, mas se instaura como uma curiosidade fundamental, que move e motiva a querer conhecer e descobrir, e a adotar uma postura crítica e ética frente à compreensão da criança e olhar para esse período da vida.

A infância é um tema essencial a ser discutido na Psicologia, por se tratar a respeito de uma condição da criança e dos modos que sujeitos se manifestam e são percebidos diante determinada fase da vida. Visto que a infância tende a ser generalizada e universalizada, desconsiderando suas infinitas manifestações, a colocação do problema de pesquisa é de grande relevância no quadro atual, que se configura como um grande conflito ético, social e psicológico.

Assim, realiza-se uma análise sobre a pluralidade das manifestações de infância, destacando que há diferentes modos da criança experienciar a infância. Tendo em vista que a concepção da infância se constitui como generalizante e universalizada, ignorando a diversidade das formas de sua manifestação, o presente estudo tem como objetivo caracterizar a infância como construída sócio-historicamente, e sendo assim, atravessada por uma variedade enorme de contextos, constituindo-a como heterogênea e plural.

Objetivo Geral

Compreender acerca dos processos históricos e epistemológicos que se referem à infância e de como esses influenciam, junto aos contextos socioeconômicos e culturais, nas manifestações da criança e na concepção de infância.

Objetivos específicos

Pretende-se compreender a criança em seu processo histórico e epistemológico, contornar as leis que se referem à proteção da criança e fazer uma aproximação de conceituações da infância que consideram os contextos sociais, econômicos e culturais nos quais a criança se insere, trazendo a noção de infância como plural em suas manifestações e a criança como ser social e histórico.

Método

Pesquisa qualitativa de reflexão teórica e de revisão bibliográfica. É estabelecido um diálogo entre psicologia e sociologia, história e antropologia. Utiliza-se da abordagem sócio-histórica como referência. Primeiramente, será trazida uma revisão histórica e epistemológica de como a criança era vista em determinadas épocas e como a infância era concebida, globalmente, e também no Brasil. Em seguida, são apresentados os marcos legais que se referem à proteção da criança, destacando o Estatuto da Criança e do Adolescente e trazendo a compreensão das próprias crianças frente aos direitos que constam no Estatuto. Prosseguindo, realiza-se um levantamento bibliográfico sobre a criança como ser social e histórico e a infância como influenciada pelo contexto social, econômico e cultural ao qual se insere, sendo construída social e historicamente. Aqui, não se pretende esgotar as possibilidades de compreensão das diferentes infâncias, mas colocar que existem diferenças. Por fim, são apresentadas as contribuições da Psicologia Sócio-Histórica na compreensão do sujeito e, conseqüentemente, também da criança.

1.1 Um resgate histórico-epistemológico da infância

Neste capítulo, busca-se situar a criança no decorrer da história, visando aprofundar no processo de construção social que diz respeito à infância, propriamente dita. É fundamental, ao pensarmos sobre a infância, refletirmos sobre as maneiras através das quais as crianças foram (ou não) reconhecidas enquanto tais, e dignas de poderem participar da vida social e política. Situar a criança dentro de um universo histórico é de grande relevância para que se possa enfatizar que as crianças nem sempre foram percebidas como um sujeito social, e nem foram compreendidas no seu modo de se relacionar e mesmo nas suas características. Também é pertinente retomar a história para que se possa enfatizar os valores e as práticas sociais que ainda estão incrustadas em nossa sociedade, mesmo que de maneira diferenciada.

Dentro da cultura ocidental, o conceito da infância sofreu modificações ao longo dos séculos. Na cultura grega, a criança, assim como a mulher, possuía participação social mínima e vivia sua primeira infância dentro da família, que estava subordinada à autoridade do pai, cujo poderia reconhecê-la como filho ou abandoná-la, o que era muito comum.

De acordo com Peloso (2013), o filósofo Aristóteles, ao mencionar sobre as crianças, dizia que não eram capazes de raciocinar para chegar à uma virtude. Kant, reforçando a concepção do filósofo, afirma que a infância se caracteriza como um período em que a vida se configura sem razão, sem conhecimento, é obscura. Aristóteles faz uma comparação da infância com a doença, apresentando a criança como um ser inerte, que não possuía contribuição para a sociedade até que tomasse a idade adulta.

Na Roma Antiga, a criança continua vivendo sua primeira infância dentro da família, e o pai segue sendo o responsável pelo núcleo familiar. Contudo, a mulher já exercia autoridade na vida familiar, mas não possuía poder na vida pública. A criança, novamente, só é valorizada como sujeito quando chega à vida adulta.

Kohan (2003) define quatro concepções platônicas sobre a infância, para a sociedade da época da Antiguidade Clássica (*apud* Peloso, 2013). Na primeira concepção, a infância não tinha suas características próprias, e eram projetadas possibilidades para o futuro das crianças, para sua vida adulta, sem que se permitisse que elas fossem o que, em si, já são.

O segundo conceito platônico se configura ao conceber a criança como um ser inferior sendo, então, a vida adulta uma fase superior à infância. Já a terceira concepção platônica concebe as crianças como desprezadas, não sendo necessárias à polis e, por isso, não precisavam ser pensadas. Por último, a quarta concepção se refere à infância como material da política, destacando a utopia que se construía a partir da educação das crianças (Kant *apud* Peloso, 2013).

Passando para a Idade Média, a imagem da criança passa a ser influenciada pela religião, e carrega uma contraditoriedade, na medida que, ao mesmo que era vista como um símbolo da força do mal, um ser imperfeito que herdava um pecado, por outro lado, também era vista como um ser inocente e ingênuo. Nessa época, a criança continuava com uma participação social mínima e era representada como os “pequenos homens”, tanto nas vestimentas quanto no seu comportamento com os outros. Elas frequentavam os mesmos ambientes que os adultos, e também realizavam atividades às quais os adultos realizavam, como, por exemplo, a de trabalhar. De acordo com Postman (2011, p.32), as obras de arte da Idade Média “coerentemente retratavam as crianças como adultos em miniatura, pois logo que as crianças deixavam de usar cueiros, vestiam-se exatamente como outros homens e mulheres de sua classe social”.

Como mencionado por Boto (2002), na Idade Média, a criança era entendida, unicamente, enquanto membro de uma linhagem e, nesta época, a infância era negada (*apud* Peloso, 2013). Até aqui, buscava-se apegar afetivamente à criança o mínimo possível, tendo em vista que a taxa de mortalidade infantil era altíssima. De acordo com Heywood (2004):

Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um ‘pobre animal suspirante’, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade. (HEYWOOD, 2004, p.87)

Para Ariès (1981), o sentimento de infância não existia na Idade Média, e não havia nenhum tratamento específico para as particularidades das crianças que a diferenciavam do adulto. Assim, rapidamente a criança começa a trabalhar e se insere no mundo adulto (*apud* Peloso, 2013).

De acordo com Ariès, citado por Peloso (2013) o sentimento de infância surge no seio familiar, entre os séculos XVI e XVII, com a visão do adulto sobre a criança como um objeto de diversão e distração. A criança, ingênua, graciosa e gentil passa a se tornar uma fonte de relaxamento e de distração aos adultos, o que Ariès denomina “paparicação”. Ariès (1981) afirma que outro sentimento de infância, em oposição a este primeiro, surge no contexto eclesiástico chamado de moralização. Neste contexto, a igreja preocupou-se em disciplinar a criança dentro dos princípios morais associados aos cuidados de saúde e higiene, o que acaba transcendendo às famílias, que também passam a se preocupar com a saúde física e higiênica de suas crianças.

Para Postman (2011), com o desenvolvimento da imprensa no século XVI, a escrita se torna disponível de forma mais acessível para todos, e a indústria do livro criada pela imprensa móvel fomenta a ideia da importância em saber ler e do que se pode ou não ler, de acordo com a idade. Assim, com a imprensa, juntamente à alfabetização socializada, Postman (2011) pontua que foi possibilitada a criação de uma nova caracterização da fase adulta, provocando uma ruptura entre o mundo adulto e infantil. Segundo o autor, a não dominação da tipografia configura um espaço alternativo das crianças, e essa ruptura exigiu que um novo mundo fosse inventado para as crianças: “Este outro mundo veio a ser conhecido como infância” (p.34). Chaves, Borrione e Mesquita (2004), afirmam que a criação da infância se dá pela exclusão das crianças do mundo adulto, e que sua delimitação evoluiu, incorporando à criança a inocência, incapacidade e dependência de proteção. Essa “inocência” se relaciona com a falta de acesso a algumas informações, que, antes eram divulgadas

sem distinção, e, através da tipografia e da imprensa, passam a funcionar como uma espécie de código, uma linguagem à qual só os adultos teriam acesso e, assim, as crianças se vêem excluídas do mundo adulto.

Segundo Kramer (2006, p.14), “a noção de infância surge com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudavam a inserção e o papel social da criança na sua comunidade”. Assim, um interesse maior pelas crianças passa a surgir no século XVI e XVII, na Modernidade. Nesse período, há a Revolução Industrial e as crianças passam a ser vistas e exigidas como capazes de aprender, havendo uma institucionalização da infância. Os estudos voltados à criança surgem conjuntamente ao novo olhar que configura o investimento em suas vidas e um maior apego afetivo. Com isso, a criança se desloca da posição do anonimato e passa a ser mais percebida, e a educação passa a ter um papel significativo.

Como afirmado por Boto (2002), a criança era vista como figura frágil, e a instituição escolar surge no intuito de regular, adestrar e normalizar a criança ao convívio social. Ainda, a autora enfatiza que a chegada das crianças nas instituições de ensino e a colocação de seus papéis como alunos acabou consolidando uma separação entre o mundo adulto e o da infância (*apud* Peloso, 2013). No século XIII, os estudos sobre a infância levam à compreensão de ser uma fase da vida destinada à preparação para a vida adulta, sendo que a projeção dos adultos em relação às crianças se mostrava bastante presente. Quanto a isso, Boto (2002) afirma que se projetava na criança um modelo a ser seguido e instaurado na maturidade, sendo percebida pelo que não possuía, pelo que lhe faltava, e apenas a maturação da idade e a educação poderiam suprir essas carências (*apud* Peloso, 2013).

De acordo com Kramer (2007), a Escola Nova (movimento progressista na Pedagogia moderna) trouxe consigo uma nova proposta de educação, a partir de uma concepção de infância que abandona os valores tradicionais de que a criança possuía uma natureza corrompida que necessitava ser cultivada para que o mal desocupasse seu lugar. Assim, a criança passa a ser vista como possuidora de uma natureza pura, que precisava ser conhecida em sua profundidade, e o trabalho educacional surge

como maneira para conhecer o desenvolvimento da criança, para assim poder corrigir seu percurso.

Bezerra e outros autores (2014), afirmam que há uma mudança de paradigma no que se refere ao conceito de infância, que estaria ligado ao fato de que as crianças foram, por muitos séculos, consideradas adultos imperfeitos, sendo a infância uma etapa da vida de pouco interesse, e que somente recentemente, especificamente a partir do século XIX, que começaram a demonstrar preocupação e considerar a criança e a infância como dignas de serem estudadas. Os mesmos autores mencionam que, com a ciência moderna, elaborou-se um compilado de características sobre a criança, reconhecendo a infância como um momento do desenvolvimento humano e abrindo campo para estudos e orientações no cuidado e educação aos que se inserem no universo infantil.

De Angelo (2008) afirma que a ideia contemporânea de infância, como categoria social, surgiu com a modernidade e preconizou a escola e a família, fazendo com que a criança conquistasse um espaço com participação significativa na sociedade (*apud* Peloso, 2013). Na contemporaneidade, a criança passa a ter mais protagonismo e é configurada como sujeito de direitos. Bezerra e os outros autores (2014) colocam que apenas no final do século XX que foi possível reconhecer, pelo menos do ponto de vista normativo, as crianças como sujeitos de direitos e implementar o atendimento às crianças e adolescentes dentro das políticas públicas, responsabilizando o Estado, a sociedade e a família pela garantia e atendimento prioritários de todas as suas necessidades. Neste momento histórico, o mercado, o consumo e a publicidade passam a se voltar, também, para as crianças.

1.1.2 A concepção da infância no Brasil

Em uma história em quadrinhos com o nome “A infância do Brasil” (AGUIAR, 2020), menciona-se que a infância depende de quando e de onde você nasce, e traz-se uma trajetória de como o conceito de infância brasileira mudou (ou não) ao

longo dos séculos. O material permite que se estabeleça uma comparação entre o Brasil de antigamente e a sociedade atual, permitindo que se reflita sobre o que como esse passado repercute no presente, e também o que se transformou.

No século XVI, cerca de metade das crianças morriam antes de completarem sete anos de idade e a criança era coisificada. A coisificação das crianças servia para que não se estabelecesse um vínculo afetivo com a mesma, que teria chances de morrer cedo. No século XVII, os jesuítas trazem ao Brasil uma espécie de doutrina de educação e escolarização para as crianças indígenas serem alfabetizadas e catequizadas, assim tendo que abandonar os saberes e tradições dos povos aos quais pertenciam. Ainda assim, as crianças indígenas estariam mais seguras com os jesuítas (que as doutrinavam) que com os bandeirantes (que as escravizavam).

A partir do século XIX, a urbanização faz com que as famílias brasileiras passem a sair da zona rural e se instalem na zona urbana, e com isso o conceito de privacidade chega ao Brasil e a família unicelular prevalece. Assim, a questão da morte da criança se altera, visto que os indivíduos estão muito mais personificados (o pai que trabalha, a mãe que cuida do lar e os filhos que são as esperanças dos pais). É colocado um excesso de esperança nas crianças, o que torna o luto mais complicado e, conseqüentemente, há um maior investimento na vida das crianças.

Em determinada parte da história em quadrinhos, mostra-se a infância de um menino trabalhador na metade do século XX, que vai ao cinema, e logo em seguida há uma passagem em que cartaz do filme assistido pelo primeiro menino é recolhido por outro menino, já no século XXI, que também trabalha, catando material reciclável. Essa comparação passa a mensagem de que, no Brasil, a desigualdade se perpetua, e que, assim como o país evoluiu de maneira desigual, a infância também.

O mesmo autor realiza um depoimento, comentando sobre a história em quadrinhos que produziu, para a página do Youtube “quadrinhos para barbados”,¹ em que menciona sobre a importância em se considerar o valor da criança em uma

¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/QuadrinhosparaBarbados>>. Acessado em 07 de março de 2022

sociedade de outro tempo e em aproximar as infâncias de antigamente com as atuais, refletindo sobre o que se perpetua e o que se transformou. Assim, consiste em um trabalho de resgate histórico, a partir de uma retomada ao passado, que pouco ou nada se fala, para que se reflita o presente.

Para Franco (2002), no Brasil, o conceito de infância sempre esteve associado a aspectos relacionados à exclusão social, educacional e econômica, além de privativa em relação ao acesso à cultura, e torna-se relevante, nos tempos atuais, investigar quem é a criança em seu contexto socioeconômico.

1.2 A proteção legal conferida às crianças brasileiras

Por mais que no momento atual haja um avanço no que se refere às leis e políticas públicas que se destinam às crianças, é importante trazer que a luta pelos direitos coexiste pela violação dos mesmos. Ou seja, uma legislação ou normatização só existe pois há, na sociedade, uma injustiça, uma violação que não deveria acontecer, e que deve ser resguardada por uma ferramenta legal que advirta a sociedade e garanta com que essas violências sejam configuradas como práticas ilegais e, assim, quem produz a violência possa passar a ser responsabilizado.

Destaca-se a importância de, ao investigar a infância brasileira, transcorrer sobre os marcos legais dos últimos séculos que se relacionam com a criança, pois eles configuram, ao mesmo que uma medida de proteção, uma manifestação de que essa criança está sendo violada em seus direitos, e a lei vem para resguardá-los. Assim, a partir do exposto na lei, é possibilitada uma compreensão mais aprofundada sobre as características presentes na sociedade em diferentes momentos históricos, e como essas características influenciam no olhar para a criança e a infância. Assim, possibilita-se não só uma compreensão dos direitos, “mas da dimensão de cidadania e de protagonismo social que está implícito nos direitos” (KAHHALE; BOCK, 2012, p.70).

Marshall (1967) considera o direito como expressão da cidadania, sendo esta última composta por três dimensões: os direitos civis (individuais à liberdade), políticos (de participar no exercício do poder político, como membro ou eleitor) e sociais (mínimo bem-estar econômico e segurança ao direito de participar integralmente da vida social).

Perez e Passone (2010, p.652-665) apresentam uma contextualização histórica do atendimento à infância no Brasil, enfatizando os diferentes períodos, suas características e as normas e legislações que passaram a vigorar. O autor divide os períodos em cinco seções, que serão trazidas a seguir.

A primeira seção se refere ao período dos primeiros passos, aos marcos legais e normatizações (1889-1985) no qual estariam, entre outros: a Lei do Ventre Livre, que considera livre todos os filhos de mulheres escravas nascidas a partir de 1871; e o Código de Menores (1927), primeira legislação específica para a infância; As principais características deste primeiro momento histórico foram a infância como objeto de atenção e controle do Estado e a estratégia médico-jurídica-assistencial.

A segunda seção se refere ao período referente ao autoritarismo populista e o Serviço de Assistência ao Menor (1930-1945), período este que se caracteriza por um avanço estatal no serviço social de atendimento infantil e a organização da proteção à maternidade e à infância, e algumas das normatizações foram: o Departamento Nacional da Criança (Decreto-Lei n.2024 de 1940); e o Serviço de Assistência ao Menor (Decreto n. 3799 de 1941).

A terceira sessão é destinada ao período da Democracia populista (1945-1964), o qual se caracteriza pela manutenção do aparato legal e pela regulamentação dos serviços de adoção. Os principais marcos legais foram, entre outros: o serviço de Colocação Familiar (Lei n. 560 de 1949); o Instituto de Adoção; e as Leis das Diretrizes e Bases da Educação (Decreto-Lei n. 4024 de 1961).

A quarta seção se refere ao período da Ditadura Militar e da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (1964-1985), caracterizado pelo reordenamento institucional repressivo, pela Instituição do Código de Menores de 1979 e pelas contradições entre a

realidade vigente e as recomendações das convenções internacionais sobre o direito da infância. Sobre as legislações e normatizações, estão, entre outras: a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Decreto n. 4513 de 1964); a diminuição da idade penal para 16 anos (Lei n. 5258 de 1967); o acordo entre o Fundo das Nações Unidas para Infância e o Governo dos Estados Unidos do Brasil (Decreto n. 62.125 de 1968); e o Código de Menores (Lei n.6.697 de 1979).

A quinta e última seção contempla o período de redemocratização e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1985-2006), caracterizando-se como um período com: um novo padrão jurídico, político e social; a institucionalização da infância e da adolescência como sujeito de direitos; a descentralização, municipalização, o controle e a participação social; a consolidação e um sistema de proteção social (saúde, previdência, educação, assistência e desenvolvimento social, trabalho); e a reestruturação do aparato de controle e policiamento.

Entre as normatizações e legislações presentes neste período, estão: a adoção da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças (Decreto Legislativo n. 28 de 1990); O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.8069 de 1990); o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei n. 8242 de 1991); o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Portaria n. 458 de 2001); e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Resolução n. 1 de 2006/Conanda).

Através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mencionado no parágrafo anterior, é que as crianças passam a possuir uma ferramenta legal que legitime sua condição de ser criança, ultrapassada pelos diversos setores da vida social. Alguns dos artigos do Estatuto serão trazidos de maneira mais detalhada em função de aproximar dos valores e olhares concedidos à criança e seu lugar social e nas relações ao longo das últimas décadas.

De acordo com o Estatuto, para a criança são garantidos todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando oportunidades e facilidades

que visam “facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (Art. n. 03). Ainda, dispõe-se que:

Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Prosseguindo com o Estatuto, menciona-se que a família, comunidade, sociedade em geral e o poder público devem assegurar a efetivação dos direitos da criança (Art. n. 04), sendo dever de todos “prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” (Art. n. 70). No quinto artigo, é colocado que nenhuma criança “será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, sendo dever de todos “velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (Art. n. 18).

No sexto artigo, menciona-se que na interpretação desta Lei (Lei n. 8069 de 1990) se deve levar em conta “os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento”.

No décimo quinto artigo é colocado que a criança tem direito “à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais”. No que diz respeito à liberdade, menciona-se que compreende os seguintes aspectos (Art. n. 16): “I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II - opinião e expressão; III - crença e culto religioso; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI - participar da vida política, na forma da lei; VII - buscar refúgio, auxílio e orientação;”

Já no artigo 17, é trazido o direito das crianças e adolescentes ao respeito, que consiste na:

inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (Art. n. 17)

No Estatuto, é colocado que os valores culturais, artísticos e históricos do contexto social da criança devem ser respeitados, “garantindo-se a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura” (Art. n. 58). Também é definido que a criança possui direito à “informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (Art. n. 71). O estatuto também define o direito da criança à educação, assegurando-lhe, entre outros aspectos, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Art. n. 53).

Através desse breve decurso por alguns dos artigos do Estatuto, pode-se afirmar que este surge como um potencializador e legitimador da condição de ser criança e de seu lugar social nas relações. Após delinear a trajetória do atendimento à infância no Brasil, percebeu-se que as características de determinado contexto histórico e social são, de certo modo, refletidas nos aparatos legais, e os valores sobre a criança de uma determinada época e espaço constituem as leis que a reconhece (ou não) como tal e a assegura (ou não) em seus direitos. As leis se instauram, antes de tudo, como uma preocupação diante das possibilidades de vida da criança e necessidade de assegurá-las, e assim, as crianças serão, através delas, reconhecidas e protegidas.

Como afirmam Kahhale e Bock (2012),

O lugar social das crianças nas relações é constitutivo da própria infância e da identidade que as crianças desenvolvem. Seus direitos são também construídos a partir dessas relações e desse lugar social (p.64)

Assim, a constituição dos direitos sociais acaba se dando nas relações cotidianas que crianças estabelecem no meio social ao qual se inserem. Kahhale e Bock (2012) realizam uma pesquisa sobre as formulações e conceitos expressos pelas crianças e jovens sobre seus direitos, como aproximação do mundo social e das identidades das crianças e jovens, que será apresentada a seguir.

Em um questionário, são colocadas algumas situações cotidianas que implicam dilemas, e as crianças e adolescentes deveriam assinalar se estavam de acordo com a sugestão de solução oferecida com “sim” ou “não”, solicitando, em algumas situações, uma explicação da escolha. Sobre as questões, se referiam ao trabalho infantil, violência, responsabilidades e deveres.

Participaram da pesquisa, 758 crianças e 66 adolescentes. Sobre os resultados do questionário, apenas 59,7% das crianças responderam saber quais eram seus direitos, sendo que 86,5% afirmaram que as crianças possuem direitos. De acordo com Kahhale e Bock (2012, p. 69), isso pode indicar que as crianças têm um conhecimento superficial e genérico em relação a seus direitos. As crianças, mesmo reconhecendo o direito de privacidade e intimidade, revogam-o em função do direito à proteção. As autoras trazem a percepção de Rosemberg e Mariano (2010, p. 16), que afirmam que os “direitos de autonomia são limitados pelas expectativas e parâmetros do mundo adulto regulado pela ideologia da incapacidade infantil.”

É importante destacar que muitas crianças consideraram possível “apanhar para aprender”, podendo significar que apanham, e a justificativa em seus discursos é de cuidado, de educar. No entanto, também consideram outros meios de aprendizagem, a partir do diálogo e da conversação. As opiniões que mais coincidem dizem respeito à liberdade de expressão e assuntos os quais as crianças julgam o prazer que a atividade lhes proporciona. Por outro lado, demonstra-se que as crianças possuem mais conhecimento sobre seus deveres que seus direitos.

Assim, a pesquisa demonstra que a sensibilização para os direitos das crianças ainda tem um longo percurso, necessitando ser divulgado, debatido e garantido. Kahhale e Bock (2012) afirmam que a sociedade precisa buscar novas práticas e se organizar para o fortalecimento da presença e respeito das crianças e jovens, colocando que cotidianamente vemos as exigências previstas no ECA serem desrespeitadas ou impossibilitadas de serem cumpridas, na criança que morre por desamparo do Estado, da que trabalha e não consegue estudar, das que vivem e sofrem com a desigualdade social. Por fim, as autoras encerram com a consideração

de que o avanço na questão dos direitos das crianças exige que o mundo adulto reformule e atualize suas concepções e suas práticas.

Em um outro estudo, realizado por Santos e Chaves (2010), vinte e uma crianças em diferentes posições socioeconômicas, com idade entre 9 e 11 anos, participaram de uma entrevista individual semiestruturada, cuja foram apresentadas imagens impressas que remetiam aos direitos ou violação dos direitos da criança presentes no ECA. A questão que se coloca é se as crianças estão em sintonia com as informações que circulam sobre seus direitos.

Pautando sobre a circulação de informação, Santos e Chaves (2010) consideram que, no que diz respeito à esfera educacional, seu caráter político é destituído, perdendo seu lugar para a visão neoliberal e mercantilista de educação como mercadoria, que se apresenta com valores e qualidades distintas, dentro do mundo dos consumidores.

Ao apresentar as imagens referentes aos direitos da criança presentes no ECA, a pergunta norteadora da pesquisa era, “que direito a criança está tendo?”, possibilitando uma explicitação do reconhecimento e dos significados implicados. Observou-se que os direitos que as crianças mais reconhecem se referiam à alimentação, educação e ao brincar, direitos estes atrelados a significados de infância mais amplamente compartilhados (SANTOS; CHAVES, 2010). No que diz respeito ao direito à inviolabilidade da integridade física e ao trabalho infantil, as crianças se manifestaram de maneira divergente, e essas diferenças transparecem conforme o *status* socioeconômico. As crianças comentam que há alternativas preferíveis à violência física, como o diálogo ou o castigo. Ainda, consideram que a possibilidade da criança trabalhar existe, a depender da autorização dos pais e necessidade de ajuda (para crianças da escola rural). Evidencia-se que concepções mais antigas ainda predominam no discurso das crianças, pois estão incrustadas nas práticas sociais, e acabam por “naturalizar” as violações de direitos.

Santos e Chaves (2010) enfatizam uma estreita vinculação entre os direitos das crianças e o desenvolvimento da concepção de infância. O autor comenta que, ao se

tratar sobre os direitos que as crianças reconhecem como seus, vem à tona a necessidade de compreender o processo de construção de subjetividade, destrinchando acerca da relação estabelecida entre o indivíduo e sua cultura.

É importante considerar que, por mais que os direitos se constituem através do reconhecimento e promoção de sua universalidade, na prática, vê-se que, a depender da criança em que se fala e de seu contexto social, as leis acabam por não se cumprirem. Muitas das crianças não têm acesso à seus direitos, sendo renegados na medida em que as crianças trabalham, não possuem uma educação de qualidade (ou nenhum tipo de educação), sofrem violências, frequentam ambientes que não são apropriados para suas idades, etc. Assim, os direitos estão nas normas, mas as condições para o seu cumprimento ultrapassam os limites das legislações.

A reflexão que se coloca em pauta é a de que as letras frias da lei não se sustentam se a sociedade não se mobilizar com as mesmas. Aqui, não se pretende desvalorizar as conquistas sociais que a lei possibilitou, mas compreendê-las na complexidade que envolve sua realização, sendo necessário um envolvimento direto de toda a sociedade para que as práticas que violam direitos tomem um espaço cada vez menor na realidade.

1.3 A criança como ser histórico e social

Dia a dia nega-se às crianças o
direito de ser crianças. Os fatos,
que zombam desse direito, ostentam
seus ensinamentos na vida cotidiana. O
mundo trata os meninos ricos como se
fossem dinheiro, para que se acostumem
a atuar como o dinheiro atua. O mundo
trata os meninos pobres como se

fossem lixo, para que se transformem em
lixo. E os do meio, os que não são ricos
nem pobres, conserva-os atados à mesa
do televisor, para que aceitem desde
cedo como destino, a vida prisioneira.
Muita magia e muita sorte têm as crianças
que conseguem ser crianças.

Eduardo Galeano, "A escola do mundo às avessas"

Como já exposto, um interesse maior pelas crianças passa a surgir no período da Modernidade e da Revolução Industrial. As crianças, vistas neste momento como seres capazes de aprender (não tendo que esperar atingir a fase adulta para isso), passam a ser mais valorizadas e há um investimento maior em suas vidas, além de que a educação passa a ocupar papel significativo.

Vimos também que, com o surgimento da escrita, imprensa e a alfabetização socializada, a criança passa a ter que decodificar essas linguagens para, com isso, pertencer ao mundo adulto. Cria-se, então, uma ruptura entre o mundo adulto e da criança, e as últimas passam a ocupar um mundo diferente dos adultos, que é concebido como infância. Assim, o papel social da criança e a maneira que a mesma se relaciona acompanha essas transformações sociais. Observa-se, então, que a infância se constitui como construída social e historicamente, e sendo assim, deve-se considerar a pluralidade de suas manifestações, visto que sua constituição engloba inúmeros aspectos, como os sociais, econômicos e culturais.

Heywood (2004) define a infância como "uma abstração que se refere à determinada etapa da vida, diferentemente do grupo de pessoas sugerido pela palavra crianças" (*apud* Lustig, s.d., p.03). O autor enfatiza a influência de fatores políticos, econômicos e sociais que acarretam transformações no modo de conceber a infância, e apresenta a necessidade de considerar a pluralidade de contextos de classe social, econômica, política e religiosa em que as crianças estão inseridas, sendo mais eficaz

que, ao invés de adotar a idéia de que existe uma única infância, busquemos diferentes concepções sobre a infância. (Heywood *apud* Lustig, s.d.) Carvalho e Silva (2017) contribuem para essa discussão, ao mencionarem que

a infância é a noção de um grupo social plural, na qual estão presentes diversas condições, tais como as características biopsíquicas da idade, a classe socioeconômica, a etnia, o gênero, o que implica compreendê-la na sua singularidade e nas suas diferenças. (p.19)

Segundo Silveira (2019), algumas das características da criança são comuns ao período, mas que “suas identidades próprias são forjadas em suas vivências, interações sociais e institucionais, bem como por suas relações sociais, por aspectos socioeconômicos e culturais” (p.22).

Sarmiento (2007) comenta que “no interior do mesmo espaço cultural, a variação das concepções da infância é fundada em variáveis como a classe social, o grupo de pertença étnica ou nacional, a religião predominante, o nível de instrução da população” (*apud* Lustig, s.d., p.10). O autor, então, assume que a infância é percebida de maneira diversa, de acordo com aspectos socioculturais predominantes. Como afirmado por Stearns (2006), “a infância pode apresentar variações impressionantes, de uma sociedade ou de um tempo a outro” (*apud* Lustig, s.d., p.06). Sendo assim, a forma pela qual a sociedade se organiza modifica a maneira pela qual a criança será inserida e os seus papéis. Kramer (2003) comenta sobre a concepção da infância se alterar conforme o contexto ao qual a criança se insere, assim como os papéis desempenhados por ela e sua inserção nas práticas sociais também sofrem diferenciações (*apud* Lustig, s.d.).

Em muitos momentos históricos, a criança não é pensada e compreendida como ser ativo e transformador da sociedade, ou seja, como sujeito social. Nos tempos atuais, a criança tem sido, cada vez mais, inserida em um contexto social mais amplo, sendo reconhecida como ser ativo, social e histórico, que constrói e reconstrói cultura, demonstra autonomia em suas escolhas e tem como necessidade ser ouvida e consultada sobre as situações que lhes são peculiares. No entanto, Kramer (2003) argumenta que, mesmo sendo consideradas sujeitos históricos, sociais e titulares de direitos, ainda há a visão das crianças como objetos e abstração, e que, as classes

sociais às quais estão inseridas não são, na maioria das vezes, levadas em consideração (*apud* Peloso, 2013).

O sujeito social, segundo Charlot (2000), se caracteriza como um ser singular que possui identidade, historicidade, se move pelos seus desejos, se relaciona com o mundo e ocupa um lugar na sociedade (*apud* Peloso, 2013). Assim, deve-se considerar que a singularidade do sujeito social se dá pelas múltiplas influências que incidem sobre ele no decorrer de seu desenvolvimento, e assim, não resultando de fatos isolados (REGO *apud* Peloso, 2013).

Para Charlot (2000), o sujeito social se insere no mundo interpretando-o e lhe dando sentido, também atribuindo sentido para a posição que ocupa nele. Esse sujeito é considerado ativo, por agir sobre e no mundo, e, ao mesmo tempo, produzir e ser produzido nas relações sociais e no contexto ao qual se insere (*apud* Peloso, 2013). Nas discussões contemporâneas, os autores demonstram consonância ao afirmar que a criança é um ser histórico e social, com condições de ser crítico, autônomo e capaz de agir no seu meio e transformá-lo. Assim, ao conceitualizar a criança como ser histórico e social, a infância é se estabelece não como um período transitório da vida, mas como experiência humana.

Sarmento (2005) afirma que “a infância é concebida como uma categoria social do tipo geracional por meio da qual se revelam as possibilidades e os constrangimentos da estrutura social” (*apud* Peloso, 2013). Pelo apresentado, pode-se dizer que a infância, na medida que perpassa pelas transformações sociais, torna-se uma categoria de referência histórica, cultural e social.

Um material importante para essa discussão é o documentário “A invenção da infância”², que discorre sobre a infância ser uma invenção moderna, e também sobre os diferentes modos de ser criança nas diversas realidades brasileiras. O documentário apresenta alguns contrastes e convergências entre crianças em diferentes contextos sociais, territoriais e econômicos. Sobre as crianças que vivem na zona urbana e

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h1WiZoQ6Sj8>> Acessado em 22 de fevereiro de 2022

possuem condições econômicas favoráveis, nota-se, em seus discursos, cansaço e sobrecarga diante as atividades que tem de realizar, e, em alguns casos, a própria criança não demonstra interesse diante a realização da atividade, mas, mesmo assim, continua a fazer. As crianças trazem que, às vezes, querem fazer algo mais descontraído, mas não podem. Demonstam insatisfação pelos horários serem estritamente delimitados e ocupados. Também se percebe no discurso das crianças, uma antecipação de um futuro, em frases como “quando eu for grande, já vou saber as coisas”, e “se eu quiser ser”, e uma grande responsabilidade atribuída às crianças diante as atividades cotidianas.

Sobre as crianças que moram na zona rural e possuem condições econômicas desfavoráveis, no mesmo documentário é trazido um discurso muito focado no trabalho, no qual as crianças mencionam que trabalham por não ter outro jeito, e que fazem isso para, quando crescerem, ajudar o pai a trabalhar. Também é trazido que, o dinheiro que as crianças recebem com o trabalho pode ser utilizado por eles mesmos para poder sair ou também para ajudar os pais quando falta para pagar a feira, roupas, e ainda comentam que ficar em casa é pior que trabalhar, pois “não ganha nada”. Dizem ainda que se machucam no trabalho e que ficam sem estudar, pois não sobraria tempo do dia para isso.

Em determinado momento do documentário, mostra-se uma cena em que há várias meninas realizando um movimento de balé, repetidamente e ritmicamente, e, em sobreposição, alguns meninos trabalhando, também com movimentos repetitivos e em ritmo, remetendo à uma espécie de robotização e padronização de seus movimentos do corpo.

Seguindo com o documentário, traz-se que, ao inventar a infância, cria-se a “idade de ouro”, uma fase em que a vida seria perfeita, protegida, tranquila, antes de ser tomada pelos compromissos e exigências da vida cotidiana. É vendida a ideia de ser a época ideal de nossas vidas, em que ser criança é “não ter qualquer outro compromisso que vá além do gozo puro e simples da sua inocência”.

O documentário encerra com a colocação que, em uma época em que a criança pode trabalhar, consumir e partilhar das informações como fazem os adultos, não reconhece o mundo infantil como especial. Por mais que as crianças afirmem que acreditam levar uma vida de adulto, também colocam que acreditam ser criança, e que ainda não chegou à idade de ser adulto. Por fim, para as crianças, inventa-se a infância quando se decide deixá-las brincar, ir à escola e ser criança.

Em uma palestra realizada por Ilana Katz³ (2022), destrincha-se sobre o que define a infância, trazendo-a como invenção determinada política, social e economicamente. Ilana menciona que a experiência de infância muda de acordo com a territorialidade e a racialidade, e questiona o que faz com que, na mesma época, haja diferentes concepções de infância.

Katz problematiza a universalização da infância, que implica um cunho ético. Sobre isso, Franco (2002) coloca que,

Sendo a infância uma construção histórica e social, é impróprio ou inadequado supor a existência de uma população infantil homogênea, pois o processo histórico evidencia diferentes populações infantis com processos desiguais de socialização. (p. 30)

Pode-se afirmar que a infância é um conceito social e histórico que é incompreensível se for compelido para fora da realidade. Assim, as infâncias devem ser consideradas como diversificadas, multiculturais, constituídas em diferentes contextos sociais, tempos e espaços, e são marcadas por diferenças de direitos, deveres, acesso a privilégios, ausências e restrições (REDIN; MULLER, 2007). De Angelo (2008) afirma que a crença em um modelo único e abstrato da infância, em uma sociedade que coexiste com a desigualdade, aponta uma ideologia dominante de fazer crer que todas as crianças poderiam ter acesso às mesmas condições. Há várias infâncias dentro da infância global, e a desigualdade é o outro lado da condição social da infância contemporânea” (SARMENTO, p. 05).

Ao abordar sobre desigualdade social, devemos considerar também a presença do racismo em suas manifestações. Em 2019, o IBGE realizou um estudo sobre

³ Ilana Katz, “Infância” (palestra), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 22 de março de 2022

“Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, o qual a taxa de analfabetismo entre a população negra resultou mais que o dobro quando comparado à da população branca, e na zona rural a porcentagem de analfabetismo é o triplo da zona urbana. Quanto às pessoas abaixo do nível da pobreza, em sua maioria são pretas e pardas, com um percentual de 41,7% contra 19% das pessoas brancas. No que diz respeito às representações políticas, 3/4 dos deputados federais eleitos em 2018 são brancos, e “a desocupação, a subutilização da força de trabalho e a proporção de trabalhadores sem vínculos formais atingem mais fortemente a população preta ou parda” (p. 12). No mercado de trabalho, 68,6% dos cargos gerenciais são ocupados por brancos. Na questão da violência, em 2017, a taxa de homicídios da população preta ou parda, por 100 mil jovens, foi de 98,5, enquanto a dos brancos foi de 34.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019, 2020), a população de cor ou raça preta ou parda estava mais inserida em ocupações informais em, praticamente, todas as Unidades da Federação (p.46). No que diz respeito à proporção da população em famílias que avaliam suas condições de moradia como ruim, as famílias pretas ou pardas atingem 9,5%, enquanto as brancas 5,3% (p.66). No que se refere à saúde, os planos particulares foram liderados pela população branca, com um percentual de 71,2%, enquanto a população preta ou parda lidera na cobertura pelo SUS, com 72,8%. Ressalta-se que, para os problemas de saúde por lesões ou fraturas provocadas por acidente ou violência, as características demográficas de sexo e cor ou raça capturam a mais significativa diferença. O subgrupo com o maior percentual foram os homens pretos ou pardos (p. 143).

Na mesma pesquisa, dentro da pirâmide etária do percentual de óbitos, os homens pretos e pardos possuíram os maiores percentuais de óbito entre 10 e 59 anos, seguindo as mulheres pretas e pardas de até 69 anos. No que diz respeito aos óbitos por Covid, o maior percentual continua direcionado para os pretos e pardos, com exceção da faixa etária dos 70 anos ou mais (p. 158). Os dados apresentados escancaram a relação entre cor e raça e os mecanismos de exclusão e violência social, e se destaca a impossibilidade em discutir sobre desigualdade social sem abordar sobre o racismo. Por mais que os estudos citados não situem especificamente a

criança, essa população estudada ou é, ou já foi criança, e a desigualdade social e o racismo atravessam essa criança.

Ilana Katz (2022) afirma que as infâncias que interrogam a condição de ser branca, heterossexual, biparental e rica são contrahegemonicas e não respondem à unidade designada como infância. Coloca-se que os dispositivos de segregação são um efeito colateral à visão idealizante da infância, sendo essa “mais poderosa que a ficção”. É essencial reconhecer que a criança possui um modo de ser, atravessado pelo contexto social, histórico, territorial, de raça, temporal e espacial. Deve-se considerar a criança como um significante que conjuga, e que comporta as diferentes classes e culturas, enfrentando essa ficção e “desimaginalizando” a infância. Katz (2022) ressalta a importância em se atentar à como o corpo da criança é olhado pelo outro, considerando o contexto social, histórico e de raça.

No que se refere à questão de raça, será apresentado aqui, para fomentar a reflexão, um experimento social⁴ realizado em 2016, em que duas crianças, uma negra e outra branca, ficam sozinhas nas ruas e mostra a reação das pessoas de duas crianças. No vídeo completo, a menina negra ficou sozinha por cerca de uma hora, até que a primeira e única pessoa foi falar com ela, e quanto à menina branca, em menos de um minuto, um mutirão de pessoas se direcionou à ela. Assim, como já citado ao longo deste trabalho, a depender do contexto ao qual a criança está inserida, o conceito de infância e o olhar para as crianças sofre diferenciações. As crianças se veem atravessadas pelo seu contexto histórico e pelas suas condições sociais, econômicas e ideológicas, que as possibilitam ou não viver o processo de construção de si mesmo, como sujeito.

Até aqui, observa-se que o conceito de infância é mutável e a manifestação da mesma caminha de acordo com as relações que a criança constitui, seus papéis e os contextos históricos e socioeconômicos de certo tempo e meio social. Vamos, então, considerar uma criança nascida no Brasil atual, atravessada por desigualdades e pela diversidade cultural e territorial. Será que as manifestações de infância seriam as

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y3oW1AnL-Q0> Acessado em 05 de março de 2022

mesmas em todos os diferentes territórios e contextos? E o olhar para essa criança e a forma de lidar com as questões emergentes desta criança também seria, então, a mesma?

São essas indagações que inspiram a questionar e problematizar a concepção universal da infância, e das teorias que isolam o sujeito do seu contexto social, sem a consideração das diversidades e desigualdades que atravessam e constituem o ser criança. Pensar na infância como atravessada por contextos socioeconômicos, históricos e culturais é considerar os sintomas sociais presentes, que não são levados em conta em um olhar que catalisa as relações. A generalização e universalização do período da infância, presentes não só nos construtos, como também no senso comum, desconsidera os atravessamentos que impedem que essa infância possa vir a ser generalizada. Assim, deve-se tomar cuidado para que o olhar para a criança não isole a criança da realidade complexa ao qual está inserida.

1.4 A contribuição da Psicologia Sócio-histórica na compreensão do sujeito

Como afirmado por Sarmiento e Gouvêa (*apud* PELOSO, 2013), os estudos no campo das ciências humanas e sociais sobre a infância foram, ao longo do século XX, investigados estritamente pela Psicologia, sendo que esta, em muitas das teorias e abordagens, pouco ou nada dialogou com as demais ciências, como sociologia, antropologia e história, tampouco se atentou para que as próprias crianças fizessem parte da construção desta história. Com essa configuração, as crianças passam a ser vistas como seres biopsicológicos e esquecidas como sujeitos sociais e produtores de cultura.

Bock (2007, p.32), afirma que o positivismo contribuiu para a construção de uma Psicologia que, ao estudar os fenômenos psicológicos, desconsidera os contextos sociais aos quais se dão, sendo que estes podem apenas ser conhecidos, mas não modificados pela vontade humana. Fomentado pela postura idealista, que afirma a

existência apenas da razão subjetiva, o positivismo concebe a realidade como algo que só se conhece ao formular idéias, e não como é, em si.

O desenvolvimento humano foi direcionado para um nicho específico, classificando assim o que seria um desenvolvimento esperado, e os que não pertencem a esse nicho são discriminados e estigmatizados. Assim, nessa aproximação com o desenvolvimento humano, ocultou-se a origem social das diferenças e das condições de vida de cada homem, naturalizando o desenvolvimento do homem (BOCK, 2007, p. 30).

Como mencionado por Bock e outros autores (2007), afirma-se sobre a necessidade de uma psicologia que não dissocie o homem do mundo social e cultural no qual se insere e encontra possibilidades e limites de ser, de uma psicologia que falasse sobre os “fenômenos psicológicos como registro que o homem faz da realidade e das experiências vividas” (p. 09). É a partir dessa necessidade que surge uma abordagem, dentro da Psicologia, denominada Sócio-Histórica, que estuda os fenômenos psicológicos em constante e essencial relação com o meio social ao qual o sujeito se insere, enfatizando as possíveis determinações históricas e sociais que se relacionam com esses fenômenos.

Como afirmado por Bock (2007, p.35) a Psicologia Sócio-Histórica abandona “a pretensa neutralidade do positivismo, a enganosa objetividade do cientista, a positividade dos fenômenos e o idealismo”, produzindo conhecimentos com pressupostos que se relacionam com a materialidade do mundo e criando possibilidades de uma ciência que critique a ideologia até então produzida. Bock (2007), ao mencionar sobre a crítica como constitutiva da psicologia sócio-histórica, discorre sobre o abandono da visão abstrata do fenômeno psicológico, o rompimento com as tradições e a superação da neutralidade, do positivismo e do idealismo.

Bock (2007, p.22) afirma que os fenômenos psicológicos retratam a condição social, cultural e econômica do homem, não sendo preexistentes ao homem, nem pertencendo à natureza humana. O fenômeno psicológico deve ser entendido como subjetividade, como construção individual do mundo simbólico, que é social. Essa

subjetividade se dá pela relação com o mundo material e social, como ocorre na linguagem, por exemplo, em que a objetividade (social) é internalizada e permite a construção de sentidos pessoais que constituem a subjetividade.

Assim, os fenômenos psicológicos são marcados por um processo de conversão do social em individual e estão em relação dialética com o mundo social, sendo que conhecê-los implica em conhecer a expressão subjetiva de um mundo objetivo e retirá-los de sua concepção idealista como abstrato, atribuindo à ele “uma base material vigorosa” (BOCK, 2007, p.23). A Psicologia Sócio-Histórica, com sua postura crítica, recusa a visão abstrata do fenômeno psicológico, que, de acordo com Chauí (1981) é dada pela universalização das idéias da classe dominante que desconsideram toda a diversidade e desigualdade (*apud* BOCK, 2007, p.24).

Como mencionado por Aguiar (2007, p.96), “nos referimos ao psicológico como atividade do organismo em registrar a experiência e a relação que mantém com o ambiente sociocultural”. Assim, o mundo psicológico depende do mundo objetivo, coletivo, social e cultural para se constituir, sendo que o homem constrói seus registros na relação com o mundo.

Como afirmado por Bock (2004):

Para a Sócio-Histórica, falar do fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade. Falar da subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do “mundo interno” exige a compreensão do “mundo externo”, pois são dois aspectos de um mesmo movimento, de um processo no qual o homem atua e constrói/modifica o mundo e este, por sua vez, propicia os elementos para a constituição psicológica do homem. (BOCK, 2004, p. 22)

Como mencionado por Fiske, Kitayama, Markus & Nisbett (1998), as manifestações psicológicas se configuram como resultado da “coordenação de respostas pessoais frente aos sistemas de significados e práticas culturais prevalentes, historicamente criados e organizados de maneira diversa”. Gonzáles Rey afirma que as configurações que se constituem no plano psicológico são expressões das atividades e relações sociais desenvolvidas pelo sujeito, e configuram uma lógica em que interno e externo se integram (*apud* GONÇALVES, 2007). Assim, Gonzáles Rey pontua que o

social representa uma dialética do externo e do interno, sendo que o primeiro é externo pois não se esgota nas significações do sujeito individual, e é interno pois sua significação depende do processo de construção de sentido, no qual “interno e externo perdem sua autonomia e se integram em uma completa relação dialética dentro de sua definição subjetiva” (GONÇALVES, 2007, p.107).

Sobre as categorias de sentido e significado, Aguiar e Machado (2016, p.209) mencionam que os primeiros “constituem uma articulação particular de eventos psicológicos realizada pelo sujeito em sua relação com o mundo”, citando Leontiev (1978), ao mencionar que "O sentido pessoal representa, não uma consciência individual, mas sim minha consciência social". Assim, o movimento de constituição de sentido é complexo, dialético e constante, sendo assim marcado por zonas instáveis as quais não são apreendidas em sua totalidade, embora devam ser mantidas como intenção no processo de análise e interpretação. Já os significados, par dialético dos sentidos, se referem, no campo psicológico, como uma generalização, uma construção social e histórica, por meio da qual os sujeitos se comunicam e interagem,

Ao discutir sobre sentido e significado, Peloso (2013) traz que Vigotsky enfatiza a dialética da constituição da consciência, que une afetivo e cognitivo, o caráter social, histórico e único do sujeito. Para Vigotsky, significado se refere à uma construção social convencional com caráter relativamente estável, sendo um sistema de significações elaborado historicamente. Já o sentido poderia ser definido pela “soma dos eventos psicológicos que a palavra evoca na consciência”, sendo que sua constituição se dá pelo embate entre as significações sociais existentes e a experiência pessoal. Assim, o sentido tem caráter mais complexo e amplo que o significado, sendo este último apenas uma das múltiplas zonas de sentido, a mais estável e precisa (GONÇALVES, 2007, p.105). "

Tratando-se sobre consciência, investigação central dentro da Psicologia, Bakhtion (1991) menciona que só pode ser compreendida a partir do meio ideológico e social, não podendo ser reduzida a processos puramente internos (*apud* GONÇALVES, 2007). A consciência, segundo Gonçalves (2007, p.108), é tensionada por produtos

históricos e pela subjetividade dos sujeitos, é social e ideológica, intersubjetiva e particular”.

Para González Rey (2002), a subjetividade, diferente do subjetivismo, que concebe uma gênese intrapsíquica dos fenômenos humanos isolada de outras condições de vida, é definida como qualidade específica dos processos humanos (tanto individuais como sociais) nas condições de cultura. Nesse sentido, trata-se de um fenômeno historicamente situado. Assim, definida a partir do caráter simbólico-emocional da experiência humana sobre o mundo vivido, a subjetividade ultrapassa a compreensão intrapsíquica individual associada à Modernidade.

De acordo com González Rey (2002, p.18), a teoria da subjetividade desenvolvida parte “do caráter singular das configurações subjetivas geradoras de processos simbólico-emocionais múltiplos, os quais definimos como sentidos subjetivos”. Na subjetividade humana, o sujeito não se subordina a realidades externas, mas, ao contrário, produz processos de subjetivação frente a essas realidades”. Assim, compreende-se a subjetividade como uma construção social e cultural, historicamente situada, que oferece uma alternativa teórica frente ao individualismo naturalizado e as hegemonias (GONZÁLEZ REY, 2002).

Gonçalves (2007) afirma que as palavras e os signos são essenciais para compreender a constituição da subjetividade. Aguiar (2007, p.134) destaca que é por meio da palavra que apreendemos os aspectos constitutivos da subjetividade, e que as falas do sujeito são construções históricas. É através da palavra que o pensamento se realiza, e a subjetividade constitui o processo que permite (ou não) que o pensamento se realize em palavras. Assim, destaca-se a importância de, na escuta da fala do sujeito, traçar um caminho em que seja possível desvelar e descobrir as mediações e contradições presentes nessa fala, para que, assim, os sentidos sejam revelados.

Sobre os signos, Gonçalves (2007) afirma que surgem da relação com o outro e são conectores do indivíduo com o mundo exterior, consigo mesmo e com a própria consciência. O signo, assim “seria tudo aquilo que possui um significado e se remete a algo situado fora de si mesmo” (GONÇALVES, 2007, p.100). Para a autora,

O signo é ao mesmo tempo produto social que designa a realidade objetiva, construção subjetiva compartilhada por diferentes indivíduos e construção individual que se dá através do processo de apropriação do significado social e atribuição de sentidos pessoais (GONÇALVES, 2007, p.126).

Gonçalves (cf. 2007, p.100) menciona que, na busca de investigar a questão da subjetividade, deve-se focalizar na linguagem, que, como produção social e histórica, é instrumento fundamental no processo de constituição do sujeito. De acordo com Aguiar (2007), entende-se a linguagem, tanto como uma mediação da subjetividade tanto quanto instrumento produzido social e historicamente, o que materializa as significações construídas. Como afirmado pela autora,

A linguagem é fundamental no processo de mediação das relações sociais, por meio do qual o homem se individualiza, se humaniza, apreende e materializa o mundo das significações que é construído no processo social e histórico (p.130).

Vigotsky, ao afirmar sobre a constituição dos sujeitos se dar pela relação entre as esferas biológicas e socioculturais, destaca que os aspectos que se referem ao comportamento humano são apreendidos a partir de uma relação estabelecida através da mediação da linguagem, sendo que essa última se constitui como ponto de partida para que a criança passe a descobrir e experimentar o mundo, ao mesmo tempo que o (re)cria e interage com ele (*apud* PELOSO, 2013).

A abordagem sócio-histórica tem como fundamento teórico, metodológico e filosófico o Materialismo Histórico e Dialético, que, através da apreensão da complexidade e das particularidades do real, busca produzir um conhecimento que contribua para a ruptura do cotidiano alienado, visando “superar os limites da espontaneidade, da fragmentação e da casualidade” (OLIVEIRA, 2005, p.263).

Como afirmado por Bock (2007, p.33), o materialismo dialético é caracterizado por: uma concepção: materialista (em que a realidade material existe independente da razão); dialética (que afirma a contradição como característica fundamental de tudo que existe, e sua superação se constitui como base do movimento de transformação constante da realidade); e histórica, sendo que a compreensão de uma sociedade só se dá pela concepção materialista e dialética, e as histórias devem ser analisadas a partir da realidade concreta, buscando as leis que a governam (materialismo), e não as

idéias. As leis da história são universais, mas se transformam, não expressando regularidade, e sim contradição (visão dialética). Assim sendo, as leis que regem a sociedade são históricas e resultam da ação do homem sobre a realidade. São também objetivas, por estarem no âmbito do trabalho e das relações sociais, entretanto, a objetividade inclui a subjetividade, por ser produzida por sujeitos constituídos social e historicamente.

Gonçalves (2007, p.39) afirma que, com o materialismo dialético, pressupõe-se, então, que as ideias produzidas pelo homem em determinado momento histórico retratam a realidade do momento histórico ao qual foram produzidas, ou seja, a origem das ideias produzidas socialmente está na base material da sociedade. A autora também afirma que surge uma nova concepção do homem, cujo se configura como indivíduo por ser um sujeito social e histórico, e se opõe ao sujeito individual, racional e natural do liberalismo (GONÇALVES, 2007, p.44).

De acordo com Gonçalves (2007, p.124), numa perspectiva materialista, as categorias metodológicas da dialética “permitem o movimento da aparência para a essência, do empírico e abstrato para o concreto; do singular para o universal a fim de alcançar o particular; permitem tomar as totalidades como contraditórias”. É importante a colocação de que o Materialismo Histórico e Dialético não se contenta em apenas afirmar que as contradições existem, mas que o fundamental é captar o movimento que engendra os contraditórios, assumindo a contradição como propriedade essencial da realidade (AGUIAR; MACHADO, 2016, p.268).

Bock (2007) afirma que a psicologia sócio-histórica, com seus fundamentos no marxismo e no materialismo dialético,

Concebe o homem como ativo, social e histórico; a sociedade como produção histórica dos homens que, através do trabalho, possuem sua vida material; as idéias, como representações da realidade material; a realidade material, como fundada em contradições que se expressam nas ideias; e a história, como o movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda produção de ideias, incluindo a ciência e a psicologia. (BOCK, 2007, p. 17)

Sobre a história, como afirmado por Gonçalves (2007, p.106), “está no plano da cultura (filogenético), no plano externo, mas também está no individual (ontogenético), e, no plano interno, o indivíduo produz o novo, que completa a relação dialética”. Assim, há necessidade de compreender a relação entre a história social e a história individual experienciada pelo sujeito (AGUIAR; MACHADO, 2016, p. 264).

Discussão: apontamentos reflexivos

A partir de uma retomada histórica e epistemológica da criança e da concepção de infância, primeiramente em um contexto global e, depois, no Brasil, percebeu-se que, a depender do momento histórico e de onde as crianças se situam, o conceito de infância sofre alterações, assim como a criança é situada de maneira diferente. Na história global, a criança era, inicialmente, não reconhecida em sua condição peculiar e havia pouco investimento em suas vidas, visto que a taxa de mortalidade infantil era consideravelmente alta. A criança possuía pouca ou nenhuma participação social, e seus primeiros anos eram vividos dentro do núcleo familiar. Ser criança era apenas uma espera por se tornar adulto, não havendo a compreensão da particularidade de sua condição de ser. As crianças eram vistas como seres incompletos, inferiores aos adultos, que precisam atingir uma certa maturidade para, assim, serem valorizados.

No Brasil, as taxas de mortalidade infantil também eram altíssimas e a criança acabava sendo “coisificada”, ou seja, tida como coisa, pois o luto da morte de um ser humano era muito mais doloroso do que de uma coisa. Ainda, o movimento de doutrinação dos jesuítas com as crianças indígenas através da catequização e alfabetização se configura como um apagamento da história e cultura dessas crianças. Com a urbanização e o deslocamento das famílias brasileiras da zona rural para a urbana, é instalado o conceito de privacidade e a família unicelular prevalece, sendo que nestas, as figuras e os papéis de cada um dos familiares já estão muito mais personificados. É colocado um excesso de esperança na criança, e assim os adultos passam a investir em sua vida e se preocupar com sua saúde.

Até meados do século XVI, não havia a noção de infância como concebida nos dias atuais. Foi no decorrer da modernidade que as crianças passaram a ser reconhecidas pela sua condição peculiar de ser, que se difere à dos adultos, através do novo olhar dos adultos para elas e da separação do mundo dos adultos e a consequente exclusão das crianças deste. A criança passa a ser vista como um ser capaz de aprender, e isso também acaba acarretando em um maior investimento em suas vidas. As crianças também passam a ser percebidas, dentro da família unicelular, como objetos de diversão e de distração, além de como objetos a serem moralizados e disciplinados.

Assim, a noção de infância se configura como uma construção social e histórica, que surge em um processo de diferenciação entre o mundo dos adultos e o das crianças. Essa construção, impulsionada por aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, se dá através de novas maneiras de se enxergar a criança e seus papéis na sociedade. Através do exposto, observa-se que a noção de infância, sendo uma construção social e histórica, se constitui através das determinações históricas e do meio social ao qual a criança se insere.

Nesse resgate histórico-epistemológico, abordou-se desde o desinteresse pela criança na Idade Média até a infância como prioridade nas políticas públicas e práticas sociais. Identificaram-se diferentes significados constituídos sobre a infância, que estão intimamente conectados com os contextos aos quais se constituíram.

Para um aprofundamento nas construções históricas da sociedade sobre as crianças e sobre seu lugar social nas relações, buscou-se uma aproximação com a proteção legal conferida às crianças no Brasil. Observou-se que as características presentes em cada momento histórico configuraram uma abordagem diferente às crianças e, conseqüentemente, aos seus direitos, estando esses direitos intrinsecamente ligados ao momento histórico ao qual se inserem. Dando como exemplo o Código de Menores (que possuía caráter repressivo e mentalidade caritativa, julgando famílias pobres como desestruturadas e negligentes), presente tanto em um momento histórico caracterizado pela infância como objeto de atenção e

controle do Estado e estratégia médico-jurídica-assistencial, quanto em um outro momento caracterizado pelo reordenamento institucional repressivo e pelas contradições entre a realidade vigente e as recomendações das Convenções Internacionais sobre o Direito da Infância. Não obstante, o Estatuto da Criança e do Adolescente está situado no período caracterizado pela redemocratização e por um novo padrão jurídico, político e social.

Adentrar nas diretrizes do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) se fez necessário, na medida que se configura como uma ferramenta legal que legitima a condição de ser criança e garante os direitos das crianças, protegendo-as e responsabilizando a sociedade em geral pelas mesmas. Discorre-se sobre alguns direitos em específico, como o respeito à integridade física e psíquica, à liberdade, educação, direitos estes que, na realidade brasileira, são, muitas vezes, violados. As diretrizes do Estatuto auxiliam na aproximação da inserção da criança na sociedade e de seus papéis sociais, possibilitando uma reflexão sobre os valores atribuídos a essa criança, agora amparada em seus direitos sociais.

Para fomentar a discussão sobre a proteção legal das crianças, foram levantadas duas pesquisas, que se referem à como as crianças percebem (ou não) seus direitos, possibilitando diálogos com diretrizes estabelecidas pelo ECA e, principalmente, uma aproximação das falas das próprias crianças.

Na pesquisa “Os Direitos da Infância sob a Perspectiva das Próprias Crianças”, por mais que as crianças tenham afirmado, em sua maioria, que possuem direitos, quase metade das crianças não sabiam responder quais eram, remetendo à hipótese de um conhecimento genérico sobre seus direitos. As crianças, ainda, mostraram ter mais conhecimento sobre seus deveres do que seus direitos. Na outra pesquisa denominada “Reconhecimento de Direitos e Significados de Infância entre Crianças”, crianças em diferentes posições socioeconômicas discutiram sobre o reconhecimento de seus direitos, sendo que os que mais reconhecem estão atrelados a significados de infância mais amplamente compartilhados. As crianças se manifestaram de maneira divergente, de acordo com o *status* socioeconômico, principalmente no que diz respeito

ao direito à inviolabilidade da integridade física e ao trabalho infantil. Evidencia-se que concepções mais antigas ainda predominam no discurso de algumas crianças, pois estão incrustadas nas práticas sociais, e acabam por “naturalizar” as violações de direitos.

Considera-se importante o apontamento de que os direitos estão nas normas, mas as condições sociais, históricas, culturais e econômicas para o seu cumprimento ultrapassam os limites das legislações. Assim, por mais que a lei se sustente em sua universalidade, em atender a todos de forma justa e igual, na prática, vê-se que o contexto ao qual a criança se insere vai determinar se a lei vai ampará-la ou não. Assim, coloca-se em pauta a reflexão que as letras frias da lei não se sustentam enquanto a sociedade não se mobiliza com essas leis.

A lei resguarda a proteção às crianças através de um fundamento universal, em que todas as crianças devem ser protegidas. Este é o único espaço possível para considerar as crianças em sua universalidade, como seres particulares em suas condições de ser, pois a criança, sendo social e histórica, possui uma pluralidade e diversidade em seus modos de ser que impossibilita sua universalização. Assim, justamente por existir uma pluralidade de infâncias, há de se considerar a necessidade de um aparato legal que legitime e assegure suas condições de ser criança.

Seguimos para a discussão da criança como ser social e histórico, que, ao dialogar com alguns autores, possibilitou-se a compreensão da pluralidade das infâncias e da necessidade de considerar aspectos sociais, históricos, culturais e econômicos como constitutivos da infância. Aqui, define-se a infância como uma abstração que se refere à determinada etapa da vida, um grupo social no qual estão presentes diversas características, tais como as biopsíquicas e socioeconômicas, e no qual é influenciado pelos fatores políticos, econômicos e sociais em sua maneira de ser concebida.

Dentro de um mesmo espaço cultural, há diversidade nas concepções da infância, sendo que essa varia de acordo com o contexto social, o grupo ao qual pertence e as determinações históricas, podendo a infância se apresentar de formas

variadas em uma sociedade e de um tempo para o outro. Assim, a organização da sociedade altera como a criança é e como é vista e inserida em seus papéis.

A concepção da criança como sujeito ativo, histórico, social e transformador da sociedade não foi concedida durante muito tempo, sendo que, apenas recentemente a criança passa a ser reconhecida para além de alguém que “está para ser”, e inserida num contexto social mais amplo. Com isso, sua singularidade passa a ser compreendida na multiplicidade de fatores que a acarretam, sendo considerada assim, um sujeito ativo e transformador da realidade, interpretando-a e agindo sobre ela, e, assim, dando sentido para a própria realidade e o lugar que ocupa nela. Assim, a criança se situa como um sujeito que se constitui e é constituído por suas relações sociais e pelo contexto ao qual se insere. Porém, é importante considerar que, mesmo com essa recente concepção, o olhar para as crianças, como objetos, ainda se sustenta, muitas vezes isolando-as dos contextos sociais nos quais se insere.

Para ilustrar a importância em considerar a infância como plural, multicultural e constituída em seu momento histórico e contexto social, foi apresentado o documentário “A Invenção da Infância”, em que crianças de classes sociais distintas abordam sobre seu cotidiano e sobre o que acreditam ser crianças. Por um lado, há crianças que trabalham e, por outro, outras que não trabalham, mas estão sobrecarregadas de compromissos, em suas rotinas. Nas diferentes classes sociais, observou-se uma antecipação do futuro, e uma grande responsabilidade atribuída às crianças em “ser”. Coloca-se que a invenção da infância se constitui como uma ficção de que a vida é perfeita e isenta de compromissos e exigências da vida cotidiana, como a época ideal de nossas vidas, na qual nos movemos pelo prazer, mas que, na realidade, em uma época em que a criança trabalha, possui compromissos, consome e partilha das informações como adultos, a infância não se constitui em uma fase especial da vida.

Aqui, se considera importante destacar a infância como invenção e a infância como construção. A infância como invenção se refere a essa infância idealizada, única, homogênea e isolada dos contextos sociais, históricos e culturais. É essa infância

perfeita, que é uma ideia vendida em função de interesses políticos, sociais, culturais e econômicos de um tempo e meio social. Já a infância como construção sócio-histórica, permite a compreensão de que a noção de infância é concebida através de influências históricas e sociais, e, sendo assim, a infância existe, mas existe na pluralidade e heterogeneidade de suas manifestações.

Como forma de reiterar a infância homogênea como invenção, Ilana Katz (2022) traz que sua concepção e a experiência mudam de acordo com a racialidade e territorialidade. Aqui, problematiza-se a universalização da infância, já que o processo histórico evidencia diferentes populações infantis, com processos desiguais de socialização. Assim, coloca-se que, já que a infância é construída social e historicamente, é impróprio supor a existência de uma população infantil homogênea, de uma população infantil que não é atravessada pela realidade ao qual se insere. Também traz-se que adotar um modelo único da infância significa ignorar as inúmeras desigualdades, assim apontando uma ideologia dominante da crença de que todas as crianças possuem acesso às mesmas condições e oportunidades. Sendo assim, considera-se a importância em olhar para as infâncias como plurais, multiculturais e constituídas em diversos contextos sociais e momentos históricos.

Para uma melhor compreensão das desigualdades sociais que atravessam as condições de vida da criança brasileira, foi trazida uma pesquisa do IBGE, que relaciona essas desigualdades com cor e raça, e os resultados demonstram que uma se encontra intimamente ligada à outra. As condições econômicas, de alfabetização, de representação política, de trabalho e de morte variavam de acordo com a cor ou raça, sendo que a cor ou raça preta ou parda se encontrava, em todos os aspectos, com condições menos favoráveis quando comparadas a das pessoas de cor ou raça branca.

Como observado na “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua”, ao analisar as condições de moradia, saúde e violência de acordo com a cor e raça, a cor e raça preta ou parda novamente se encontra em condições desfavoráveis, quando comparada às brancas. Assim, através dessas pesquisas, se mostra essencial, ao

discutir sobre desigualdade e classe social, abordar sobre raça e cor, pois o racismo é um dos fatores constituintes dessas desigualdades. Assim, por mais que os estudos não caracterizam especificamente a criança, a população estudada é ou já foi criança, e são importantes para elucidar a situação socioeconômica no Brasil, marcada pela desigualdade.

Coloca-se que as infâncias que não são hegemônicas, não são designadas como infância, e os dispositivos de segregação vem como consequência da visão idealizante da infância. Assim, deve-se “desimaginalizar” a infância, tirando de seu espaço fictício e considerando-a atravessada por todo o contexto social, econômico, cultural, histórico e de raça. O experimento das crianças que ficam sozinhas na rua é apresentado no intuito para colaborar com a discussão das diferentes formas de enxergar a criança e, assim, de conceber a infância, além de compreender sobre como naturalizamos ou problematizamos a presença de certas crianças em certos lugares, de acordo com suas condições socioeconômicas ou sua cor e raça. Assim, vê-se como a infância e a criança são atravessadas pelos contextos históricos e sociais de certo tempo e meio social.

Aqui, realiza-se uma problematização sobre a concepção universal e homogênea da infância, e das teorias que isolam o sujeito do seu contexto social, sem a consideração das diversidades e desigualdades que atravessam e constituem o ser criança. Pensar na infância como atravessada por contextos diversos é considerar os sintomas sociais presentes, que não são levados em conta em um olhar que catalisa as relações. Assim, a homogeneização e universalização do período da infância, presentes não só nos construtos, como também no senso comum, se configuram como um conflito ético, por desconsiderar os atravessamentos que impedem que essa infância possa vir a ser generalizada.

Portanto, torna-se necessário investigar sobre os estudos relativos à infância, que propiciaram (ou não) sua universalização. Dentro da Psicologia, esses estudos pouco ou nada dialogavam com outras áreas de conhecimento, tomando uma visão positivista e reducionista da criança como ser puramente biopsicológico, sem

interferência dos contextos sociais ao qual se insere. Os estudos que se referem ao desenvolvimento humano foram produzidos no intuito de classificar o que, então, seria um desenvolvimento esperado, discriminando e estigmatizando os sujeitos, ao desconsiderar que os processos de desenvolvimento se dão, em cada sujeito, de maneira singular e atravessada por inúmeros contextos e condições (o que impossibilita a criação de um modelo naturalizante de desenvolvimento humano a ser seguido).

Assim, as contribuições da Psicologia Sócio-Histórica se fazem interessantes, na medida que compreendem o sujeito em sua complexidade, constituído e constituinte das práticas sociais e de seus contextos, considerando-o indissociável do meio social, e que consideram os fenômenos psicológicos como um registro feito pelo homem das experiências que vive no mundo, e como um retrato de sua condição social, cultural e econômica. Ainda, a abordagem sócio-histórica compreende o fenômeno psicológico como subjetividade, como construção individual do homem do mundo simbólico, que é social, subjetividade essa que se dá pela relação do homem com o mundo material e social. Assim, os fenômenos psicológicos se realizam em um processo de conversão do social em individual, estando em relação dialética com o mundo social. O sujeito, nessa abordagem, se constitui como social, ativo e histórico, e a sociedade é concebida como produção histórica dos homens.

Como trazido por Peloso (2013), Vigotsky considera que as funções psicológicas se constituem pela estrutura social, e afirma que, as crianças, em seus processos de desenvolvimento, socializam e se relacionam com o meio. Os apontamentos de Vigotsky sobre essas funções psicológicas contribuem na afirmação de que a criança deixa marcas sociais no mundo e em suas relações (com o mundo, com os outros e com ela mesma). Assim, de acordo com Vigotsky, a criança se constitui como um sujeito ativo, que estabelece relações consigo, com os outros e com o mundo, sendo constituído e constituinte dessas relações sociais.

Nos fundamentos da Psicologia Sócio Histórica, destaca-se o materialismo histórico e dialético, que se caracteriza por uma concepção que considera a realidade

independente da razão e a contradição como fundamental e como agente de transformação da realidade. Nos estudos da infância, o materialismo histórico-dialético possui grande relevância, na medida que considera a realidade em sua materialidade histórica, buscando assim compreender as leis fundamentais que definem a maneira que os homens se organizam através da história.

Para o entendimento da infância, é necessário o movimento de resgate histórico e de uma aproximação ao contexto ao qual a criança se insere, na busca de compreender a realidade tal como ela se dá, das leis que a regem, evitando a recorrência à ideias abstratas que se sustentam em uma tentativa de generalizar a infância e as experiências e condições das crianças. Também é necessário compreender que a criança se dá na relação com o meio social, assim como o meio social se dá, dialeticamente, na relação com a criança, e ambos se constituem.

Com base no referencial teórico da Psicologia Sócio-Histórica, procuram-se alternativas ao empirismo e individualismo das outras abordagens, e nesse referencial é possibilitada uma aproximação de um posicionamento crítico pautado na busca das determinações e condições que compõem a infância assim como ela se apresenta hoje e na história. Traz-se uma compreensão mais complexa e abrangente acerca da multiplicidade de formas de experienciar a infância e como estas são influenciadas e influenciam os indivíduos e a sociedade à qual a criança se insere. Aqui, defende-se uma concepção de criança que reconheça o que é específico da infância, e as compreende como seres ativos, sociais e históricos, que constituem e são constituídos no mundo, nos seus papéis e em suas relações sociais.

Considerações Finais

Esse Trabalho de Conclusão de Curso pretendeu compreender acerca dos processos históricos e epistemológicos que se referem à infância e de como esses influenciam, junto aos contextos socioeconômicos e culturais, nas manifestações da criança e na concepção de infância. O estudo não se firmou em aprofundar em quais

os aspectos socioeconômicos que atravessam a infância (embora esse aprofundamento seja relevante), mas em afirmar sua existência. Considerar que esses aspectos, assim como as determinações históricas, existem e influenciam na infância e no ser criança significa conceber a infância como plural em suas manifestações, e a criança como atravessada por uma diversidade de contextos que impossibilitam um olhar homogêneo. As questões acerca do tema não se esgotaram, mas apontam uma proposta de diálogo e alguns disparadores reflexivos acerca da infância. Compreende-se como relevante a realização de estudos com a participação das próprias crianças nas discussões sobre a infância e o “ser criança”, considerando-as como seres ativos, sociais e históricos.

Vale destacar nessas últimas palavras a implicação ética da Psicologia na defesa da criança. O Conselho Federal de Psicologia⁵ (CFP) atua na luta pela promoção, defesa e garantia de direitos das crianças, que se dá por uma compreensão de sua indissociabilidade das dimensões teórica e ética da profissão. A atuação profissional do psicólogo, crítica e ética, deve abranger as demandas sociais, contribuindo para a transformação das realidades de um país desigual e que viola os direitos das crianças. Assim, o enfrentamento das violências contra a criança e a garantia de sua proteção integral se configura como um compromisso da Psicologia brasileira, que deve ter um olhar para a criança como atravessada pelas esferas subjetivas, sociais e psicológicas, além das biológicas e materiais, e, a partir desse olhar, pode colaborar as discussões sobre a infância. Dito isso, o olhar para a infância deve abranger o contexto socioeconômico e cultural ao qual a criança está inserida, sendo que esse contexto e as determinações históricas constituem e constroem a infância.

⁵ Disponível em: <<https://criancaeadolescente.cfp.org.br/apresentacao/>> Acessado em 10 de junho de 2022

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José. **A infância do Brasil**. Porto Alegre: AVEC, 2017. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/457606835/A-infancia-do-Brasil-Jose-Aguiar-pdf>>. Acesso em 01 Mar. 2022

AGUIAR, José. **No Fio do Bigode**. Youtube, 12 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zKC8RgYPIW4&t=11s>>. Acesso em 07 mar. 2022

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de e MACHADO, Virgínia Campos. **Psicologia Sócio-histórica como fundamento para a compreensão das significações da atividade docente**. Estudos de Psicologia (Campinas) [online]. 2016, v. 33, n. 2 [Acessado 7 Abril 2022], pp. 261-270. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02752016000200008>>. ISSN 1982-0275. <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000200008>.

BEZERRA LINS, Samuel Lincoln et al. **A compreensão da infância como construção sócio-histórica**. CES Psicol, Medellín, v. 7, n. 2, p. 126-137, Dec. 2014. Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-30802014000200010&lng=en&nrm=iso>. access on 14 March 2022.

BOCK, Ana Mercês Bahia: **A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social**. Estudos de Psicologia (Natal) [online]. 1999, v. 4, n. 2 [Acessado 2 Abril 2022], pp. 315-329. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008>>. Epub 25 Abr 2001. ISSN 1678-4669. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008>.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES et al. **Psicologia sóciohistórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 224 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/40841084/Psicologia_Socio_Historica_Ana_Bock>. Acesso em 22 mar. 2022

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para la psicologia atual**. Psicol. Am. Lat., México, n. 1, fev. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X200400010002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 abr. 2022

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991

CORONATO, Élcio. **O Que Você Faria se Visse uma Criança na Rua? Teste do Coronato**. Youtube, 04 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=y3oW1AnL-Q0>>. Acesso em 17 mai. 2022

Crianças e adolescentes : indicadores sociais / IBGE. v.1 (1987) ·Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/128/criadolec_1997_v6.pdf>.

Acesso em: 22 mar. 2022

Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019). Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. N.41. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 12 abr. 2022

KAHHALE, Edna Maria Severino Peters; BOCK, Ana Mercês Bahia. **Os Direitos da Infância sob a Perspectiva das Próprias Crianças: Um Estudo em Psicologia Sócio-Histórica.** Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 61-78, dez. 2012. ISSN 2447-1798. Disponível em: <<https://psico.fae.emnuvens.com.br/psico/article/view/14>>. Acesso em: 22 mar. 2022

KATZ, Ilana (palestra). "Infância". Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São paulo. 22 mar. 2022

KRAMER, Sônia. **A infância e sua singularidade.** In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, 2006. p. 13-24. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>>. Acesso em 04 mar. 2022

KRAMER, Sonia. **Infância, Cultura Contemporânea e Educação Contra a Barbárie.** Revista Teias, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 14 pgs., ago. 2007. ISSN 1982-0305. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23857>>. Acesso em: 17 mar. 2022

LUSTIG, A.L; CARLOS, R.B; MENDES, R.P. **Criança e Infância: Contexto Histórico Social.** Disponível em <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/693/o/TR18.1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2022

PELOSO, Franciele Clara. **Infância e Crianças: Contribuições da Teoria Histórico-Cultural de Vigotsky para Compreender a Criança como Sujeito Histórico e Social.** Curitiba [online] 2013. Disponível em <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7816_5530.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019-2020). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=32275&t=o-que-e>>. Acesso em 18 mai. 2022

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da Infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 2011

SANTOS, Gilberto Lima dos; CHAVES, Antonio Marcos. **Reconhecimento de direitos e significados de infância entre crianças.** Psicologia Escolar e Educacional [online].

2010, v. 14, n. 2 [Acessado 14 Março 2022] , pp. 281-290. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-85572010000200010>>. Epub 07 Fev 2011. ISSN 2175-3539. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572010000200010>

SARMENTO. M. J; GOUVEA, M. C. S. (orgs). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 07-14. Disponível em: <http://gips.usuarios.rdc.puc-rio.br/estudos_da_infancia.pdf>. Acesso em 07 Maio 2022

SILVEIRA, Luciana. **Guia passo a passo : prevenção e erradicação do trabalho infantil na cidade de São Paulo** — São Paulo : Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019. 176 p. Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2019/04/guia-passo-a-passo_prevencao-erradicacao-trabalho-infantil.pdf>. Acesso em 07 Abril 2022

Site do Conselho Federal de Psicologia. Disponível em <<https://criancaeadolescente.cfp.org.br/apresentacao/>>. Acesso em 10 jun. 2022

VILELA, Gilson. **A Invenção da Infância**. Youtube, 12 out. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h1WiZoQ6Sj8>>. Acesso em 13 fev. 2022